





DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v20i1.8666222>

Artigo Original

Educação física escolar na gestão Jair Bolsonaro: uma breve análise de conjuntura

*School physical education in Jair Bolsonaro management:
a brief analysis of conjuncture*

*Educación física escolar en la gestión de Jair Bolsonaro:
un breve análisis de la coyuntura*

Fernando Garcez de Melo¹ 
Evando Carlos Moreira² 

RESUMO

Objetivo: Compreender a conjuntura política-educacional da educação física escolar com a assunção à presidência de Jair Bolsonaro. **Método:** Foi realizada uma análise de conjuntura, à qual se dedica a compreensão do atual cenário político e implicações na educação física escolar. **Resultados e discussão:** Foram identificadas quatro forças primordiais para entender sua gestão e que atuam sobre a sociedade e a educação física: as forças econômica, moral, securitária e societal. Em conjunto, fomentam o desmonte de políticas sociais, a transferência do poder de atuação do público para a iniciativa privada e relações interpessoais marcadas por intolerância. **Considerações Finais:** Detidamente, na educação física escolar, tais forças implicam na sua secundarização, a possível diminuição de investimentos, seu uso não para o desenvolvimento da autonomia, mas para o disciplinamento. Em suma, cerceamento das práticas pedagógicas e dificuldades para o alcance de justiça social e liberdade.

Palavras-chave: Educação Física. Política Educacional. Jair Bolsonaro.

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso, Curso de Educação Física, Cáceres - MT, Brasil.

² Universidade do Estado de Mato Grosso, Curso de Educação Física, Cuiabá - MT, Brasil.

Correspondência:

Fernando Garcez de Melo. Universidade do Estado de Mato Grosso, Av. Tancredo Neves, 1095, Bairro Cavahada II, Cáceres - MT, CEP 78200-000. Email: garcez@unemat.br



ABSTRACT

Objective: Understand the political-educational conjuncture of school physical education with the assumption of the presidency of Jair Bolsonaro. **Method:** A conjuncture analysis was carried out, to which the understanding of the current political scenario and implications for school physical education is dedicated. **Results and discussion:** Four primary forces were identified to understand the management, which acts on society and physical education: the economic, moral, security, and societal forces. These forces promote the dismantling of social policies, the transfer of the public's power of action to the private sector, and interpersonal relationships marked by intolerance. **Final considerations:** In school physical education, it means loss of priority, the possible reduction of investments, and its use not for the development of autonomy, but for disciplining. In conclusion, curbing pedagogical practices and difficulties in achieving social justice and freedom.

Keywords: Physical education. Educational Policy. Jair Bolsonaro.

RESUMEN

Objetivo: Comprender la coyuntura político-educativa de la educación física escolar con la asunción de la presidencia de Jair Bolsonaro. **Método:** Se realizó un análisis de coyuntura, al que se dedica la comprensión del escenario político actual y las implicaciones para la educación física escolar. **Resultados y discusión:** Cuatro fuerzas primordiales para entender su gestión y que actúan sobre la sociedad y la educación física: las fuerzas económicas, morales, de seguridad y sociales. Juntas, promueven el desmantelamiento de las políticas sociales, la transferencia del poder de acción de la iniciativa pública a la privada y las relaciones interpersonales marcadas por la intolerancia. **Consideraciones finales:** En la educación física escolar, tales fuerzas implican su secundarización, la posible reducción de las inversiones, su uso no para el desarrollo de la autonomía, sino para la disciplina. En resumen, la reducción de las prácticas pedagógicas y las dificultades para lograr la justicia social y la libertad.

Palabras Clave: Educación Física. Política Educativa. Jair Bolsonaro.

INTRODUÇÃO

Em 28 de outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro (então Partido Social Liberal/PSL e no momento sem partido) foi eleito presidente do Brasil, trazendo grandes expectativas de mudanças para aqueles/as que o elegeram, e preocupações para a população que não coaduna com suas perspectivas (ou melhor, preocupação para os/as que são por ele ameaçado). Não é por menos, a agenda política de um presidente tende a não se resumir a interesses particulares, mas ser a de um grupo, classe, partido ou perspectiva política. E a figura de Jair Bolsonaro, descrito como “um candidato de extrema direita – de retórica virulenta e ideias conservadoras em matéria de costumes, mas vestindo novíssimo traje ultraliberal em assunto econômicos”, logo provocou a necessidade de investigar e debater a conjuntura e as consequências de seu programa.

Intelectuais brasileiros/as se sentiram instigados a avaliarem e debateram tal cenário, e um dos resultados foi a obra “Democracia em risco?” (ABRANCHES *et al.*, 2019). Inspiramos nesta obra, traçamos como objetivo compreender a conjuntura política-educacional da educação física escolar com a assunção à presidência de Jair Bolsonaro. Em outros termos, exploramos ideias e forças presentes nessa nova conjuntura e buscamos indicar implicações para a educação física escolar.

O método utilizado foi a análise de conjuntura, no sentido dado por Souza (1984, p. 8): “é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse”. Importante notar, que tal método não se constitui como um conjunto de categorias a priori ou procedimentos padrões a serem executados. Ela está mais para um olhar acurado sobre a conjuntura (acontecimento, atores, cenários...), e a tentativa de compreender como se realiza. Não cabe, nesse método, o olhar absolutista, que tenta definir quando é ou não uma análise de conjuntura, muito mais profícuo é percebermos as contribuições pontuais que tal análise pode fornecer. De nossa parte, registramos que não realizamos uma apresentação detalhada das ideias e discussões presentes na obra que tomamos por referência, também não foi nossa intenção fazer um panorama. Nossa opção foi por explorar mais detalhadamente um enfoque que consideramos inquietante e aparentemente pouco debatido na educação física, a chamada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2019a, p. 40).

Desse modo, na exploração realizada, a identificação do fenômeno social denominado por Almeida (2017) de onda conservadora é fundamental para compreender as ideias e ações que balizam essa gestão. Mais do que isso, tomará configuração própria, podendo ser caracterizada como uma onda

bolsonarista (SOLANO, 2019). Valendo-se de uma retórica apelativa e temerosa, que deu voz aos anti-intelectuais, antissistema, antiesquerda e antidemocracia. Sob os princípios dessa gestão, a educação física torna-se secundarizada e pode ver os esforços das últimas décadas, particularmente do Movimento Renovador, sendo minados.

No que segue, não expomos o caminho explorado, mas o resultado dessa exploração na forma de um texto descritivo enriquecido com exemplos e, esperamos, provocativo.

A ONDA CONSERVADORA: A REVITALIZAÇÃO DE UM MOVIMENTO POLÍTICO-MORAL

A manifestação da política da atual gestão ocorre em meio a declarações e ações explícitas de suas intenções, combinadas com outras declarações e ações, também explícitas, de condições e cenários possíveis que se pretendem esconder. Não são condições e cenários “ocultos”, o misticismo não ajuda muito em política, há sim, discursos subliminares e comportamentos evasivos, a fim de tergiversar o público. Estes últimos, flagrantemente, mais difíceis de serem identificados.

Sendo assim, pode-se iniciar pela manifestação mais explícita e recorrente do governo: sua identidade visual. No governo Bolsonaro, sua logomarca/slogan é “Pátria Amada Brasil”, desenvolvida pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) e aprovada por meio da Portaria nº 2, de 22 de fevereiro de 2019 (BRASIL, 2019). Na ocasião de seu lançamento, realizada por meio do Twitter oficial do presidente, foi produzido um vídeo contendo o seguinte texto:

Em 2018, não fomos às urnas apenas para escolher um novo presidente. Fomos às urnas para escolher um novo Brasil, sem corrupção, sem impunidade, sem doutrinação nas escolas e sem a erotização de nossas crianças. Fomos às urnas para resgatar o Brasil.

Ao vincular slogan com o Hino Nacional Brasileiro, o intuito é apresentar seu autointitulado nacionalismo, conduzindo a população a manifestar um sentimento de comoção pela Pátria, um desejo de resgatar um Brasil do passado, que se perdeu ao longo do tempo, e que agora se intenta resplandecer. Contudo, a que passado se refere? Que história é essa que se perdeu? Se recuperarmos seu slogan de campanha, já começaremos a ter uma resposta, e até certo ponto, precisa. Durante toda campanha eleitoral, o slogan, quase um mantra, foi “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Como mostra Seto (2018):

Em artigo, o coronel Cláudio Tavares Casali explica que o brado ["Brasil acima de tudo"], atualmente difundido pelos quartéis, surgiu no final da década de 1960, durante a ditadura militar, pouco depois do decreto do Ato Institucional nº 5 (AI -5). Um grupo de paraquedistas nacionalistas formado pelos capitães paraquedistas Francimá de Luna Máximo, José Aurélio Valporto de Sá e Kurt Pessek teria criado, nesse contexto, o lema "Brasil acima de tudo".

O ponto chave da explicação do coronel é a perspectiva ideológica-política nacionalista afeita por paraquedistas (lembrando que Bolsonaro atuou nessa função) e que aparece embutida no slogan. Nacionalismo, numa acepção comum, remete à valorização ao que é próprio da nação, ao próprio país, ao povo. Pode-se confundir (ou se misturar) com o patriotismo e, no extremo, ao ufanismo. Fácil notar que o núcleo de sua definição é composto por termos ralos, generalistas e imprecisos, como "nação", "país", "povo". Tornar denso ou mais preciso estes termos, não é fácil (senão inviável ou até mesmo indesejável), pois quem é esse "povo"? Quais aspectos da "nação" devem ser valorizados? Há diferentes respostas, o que gerou, ao longo da história, diferentes nacionalismos (tanto no Brasil como mundo afora). É preciso caracterizar o nacionalismo próprio da gestão Bolsonaro.

Essas manifestações públicas de Bolsonaro, antes candidato e agora presidente, explicitam sua postura nacionalista e religiosa. Uma postura que agradou ou que representou um percentual significativo da população brasileira, precisamente 57.797.847 milhões de pessoas votaram na chapa Bolsonaro-Mourão (o que corresponde a 55,13% dos votos válidos do segundo turno). Obviamente, ter recebido apoio não significa que sua gestão esteja a contento. Mas, ao apresentar esses aspectos iniciais e, sinalizar sua perspectiva política, é possível adentrar mais detalhadamente na sua configuração.

O trabalho de Almeida (2017) identifica um processo social que denominou de onda conservadora. É a ascensão de uma perspectiva política caracterizada mais por fomentar uma gradual perda e cerceamento de direitos e, utilizando os jargões "sem corrupção, sem impunidade" como uma estratégia de unificação do seu eleitorado. Trata-se de "[...] forças que trabalham a favor da contenção, da restrição e do retrocesso de alguns direitos garantidos com a promulgação da Constituição de 1988" (ALMEIDA, 2017, p. 3).

Entretanto, identificar quem são os conservadores que compõem essa onda, requer alguns cuidados. A justificativa é porque o próprio termo "conservador", como tantos outros, é apropriado ou utilizado de formas variadas. Ter em mente apenas os autointitulados "conservadores" tende a abarcar apenas uma parcela desse grupo, sendo necessário recorrer a outros aspectos, tais como: qual a pauta ou a imagem de sociedade que possuem? Que

concepção de ser humano e de sociedade valorizam ou se identificam? Há uma pauta, por vezes, confusa. Por exemplo, evangélicos se autodeclaram conservadores por questões morais e familiares e, ao mesmo tempo, podem não defender a pena de morte (um tema tradicionalmente ligado aos conservadores). Almeida (2017) também mostra, recorrendo ao pensamento de Judith Butler, que num cenário de debate político, há uma ação de “enquadramento” da perspectiva em oposição. Ou seja, um ato deliberado de situar ou mesmo de acusar outro grupo de um certo pensamento (no caso, ser conservador vem se misturando com ser fascista ou fundamentalista, sem o devido trato com os conceitos). Feitas essas observações, é o caso de tomar a definição de conservador como um conjunto razoavelmente articulado de valores, ações e posicionamentos políticos, permitindo que esses se apresentem no curso dos próprios debates e não antecipadamente.

Qual a força do conservadorismo no cenário atual brasileiro? Para Almeida (2019b, p. 187): conservadorismo é “[...] a principal resultante de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso”. Tal perspectiva se articulou fortemente com os evangélicos, passando a fomentar uma pauta econômica-política de austeridade e religiosa no que tange a valores morais (com ênfase nas questões em torno da família e do papel da mulher). Em especial, essa articulação resulta em quatro linhas de forças sociais que atravessam a conjuntura brasileira, a saber: econômica, moral, securitária e societal (ALMEIDA, 2019b). Essas forças interferem na própria educação física, desde as políticas públicas até as ações pedagógicas.

IMPLICAÇÕES DE UMA POLÍTICA CONSERVADORA-EVANGÉLICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Uma vez tendo situado a perspectiva política da atual gestão no escopo do conservadorismo-evangélico, é profícuo acompanhar as pautas defendidas, ou melhor, as forças que atuam na conjuntura brasileira e as implicações para a educação física. O desenvolvimento do tópico expondo cada uma delas separadamente visa apenas para facilitar a compreensão, pois nas práticas de gestão elas estão imbrincadas.

A FORÇA ECONÔMICA

Não seria exagero afirmar que a pauta econômica ocupa um lugar de destaque e prioridade, mas também já não é mais o caso de insistir nela por ser o “determinante último”. Embora não explique tudo, possui vasto alcance. Na atual gestão, sua marca é autoafirmar-se liberal. Tendo no “super” ministro da

economia, Paulo Guedes, o responsável por alavancar e retirar o país da crise econômica. Seu principal alvo é o tamanho do estado e o serviço público, reiteradamente postulados como grandes, ineficazes e ineficientes, portanto, a solução está em acentuar a não nova política da meritocracia e empreendedorismo (ALMEIDA, 2017). A primeira medida é o desmonte do Estado. Como mostra Cardoso Júnior (2019, p. 161):

[Havia] 11 áreas programáticas de atuação governamental em 2015 [e que] foram reduzidas para seis no governo Temer, e para apenas quatro no governo Bolsonaro, indicando não apenas a perda de importância estratégica das temáticas sociais na agenda governamental atual como, mais grave, uma mudança de orientação programática em cada uma delas que aponta para subtração de direitos e tentativa de reversão da proteção social que vinha sendo construída no Brasil desde a CF-88 [Constituição Federal de 1988].

Um dos alvos é a educação, desenhada de modo caricaturesco, almejando efetivar um processo de “doutrinação” nas escolas. A medida de desmonte no âmbito da educação também está sendo articulada, nesse caso, uma das vias é a da desvinculação de despesas e receitas orçamentárias (NEVES, 2019). É o modo da gestão Bolsonaro de diminuir investimento (sempre descrito como “gasto”) e redistribuir o restante para áreas que julga pertinente, como a iniciativa privada.

A ausência de investimento na educação e na própria educação física escolar faz não só com que permaneçam seus problemas, mas uma piora nas condições de sua oferta, considerando que: a valorização do profissional da educação se faz não com gracejos, mas com bons salários e planos de carreira (MONLEVADE, 2000); investimento na construção de espaços adequados para suas práticas; fornecimento de materiais didáticos, entre outros.

Essa força econômica impacta na própria concepção de educação física, que deve pautar-se na eficiência e empreendedorismo. E esses aspectos harmonizam com o histórico militar do presidente e, conseqüentemente, seu apreço por práticas “eficientes”. Guarda apreço por atividades físicas que proporcionam um certo disciplinamento nos indivíduos. Essa compreensão é a única que parece ter algum sentido nessa gestão. Por outro lado, às críticas a esse modelo de educação física se fazem presente desde a década de 1980 em trabalhos como o de Medina (1983), Castellani Filho (1988), Freire (1989), Kunz (1991), Betti (1992), Bracht (1992), Soares e colaboradores (1992), dentre outros. Já a exploração de práticas corporais diversificadas, como o funk, certamente receberiam o rótulo de estarem “erotizando e doutrinando as crianças”.

E seu desapareço pela república (o bem público) manifesta-se tão profundo, pois sequer áreas que, em tese, poderiam ser bem-quistas, como os esportes, gozam de alguma relevância. Apesar de ser um fenômeno social valorizado por militares do passado e que reluz o esforço individual, a eficiência e a meritocracia. A força econômica e o desmonte do Estado rugiu mais alto e extinguiram o Ministério do Esporte, fundindo-o ao Ministério da Cultura e Ministério do Desenvolvimento Social, a nova pasta denominada “Ministério da Cidadania”.

A FORÇA MORAL

Não obstante, o papel desempenhado pela Igreja Católica no país, dificulta a discussão e os encaminhamentos de políticas públicas quando os temas envolvem família, aborto e gênero, mesmo que o Papa Francisco sinalize na forma de acolhimento dessas perspectivas, embora seja antes uma forma de não perder fiéis (ALMEIDA, 2013). Acontece que

[...] os protagonistas mais visibilizados do conservadorismo moral religioso nos últimos anos têm sido os evangélicos pentecostais que entraram, mais do que em qualquer outro momento, na disputa pela moralidade pública para maior controle dos corpos, dos comportamentos e dos vínculos primários (ALMEIDA, 2017, p. 17).

Na questão moral, a ânsia por controle do corpo tem repercussões catastróficas e é anterior à gestão de Bolsonaro. A “ideologia de gênero”, propalada pela onda conservadora, é descrita como uma estratégia de poder utilizada “[...] para desqualificar as produções acadêmicas e para impedir a discussão sobre gênero e sexualidade” (PARAÍSO, 2016, p. 391). Esse conservadorismo defende, em linhas gerais, que qualquer coisa que fuja ao “homem tem pênis, mulher tem vagina” não seja ensinado nas escolas. E uma de suas consequências, no âmbito educacional, foi a exclusão do debate acerca de gênero da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (MACEDO, 2017).

A exclusão dessa temática cerceia os estudantes de conhecimentos que lhes permitiriam avaliar as ações públicas, como a “Campanha de abstinência sexual” para o Carnaval 2020. Ao invés de campanhas públicas de informação e orientação sobre direitos e cuidados a fim de evitar infecções sexualmente transmissíveis e prevenção da gravidez, reforça práticas de autorresponsabilização e sem comprovação científica.

Esse apelo moral conservador resulta no apagamento do debate enfrentado no seio da educação física acerca das questões de gênero e sexualidade. Um debate que, como mostra Goellner (2013, p. 38), possibilitou a percepção de que “[...] existem desigualdades de acesso e permanência entre

meninos/homens e as meninas/mulheres. [Permitindo] que aflorassem metodologias de ensino direcionadas para a coeducação e para a igualdade”. A insistência nessa negação, atua como um reforço da exclusão das mulheres das práticas corporais, atitudes de desprezo e tentativas de inferiorização da condição de ser mulher e feminilidades, o que reforça as condições de submissão, de beleza e de maternidade.

A FORÇA SECURITÁRIA (SEGURANÇA)

A segurança, na gestão Bolsonaro, é vista como repressão e punição em detrimento de ações preventivas ou educativas. Suas principais pautas são:

A redução da maioria penal, a lei do desarmamento, a lei antiterror, a política de encarceramento, a militarização de parcela da gestão pública, entre outros, [...] cujo conjunto aponta para o aumento da violência do Estado sobre a população, sobretudo, os mais apartados do universo dos direitos (ALMEIDA, 2017, p. 21).

De um modo geral, essa pauta satisfaz parte significativa da sociedade, não por sua eficiência, mas por se valer de uma imagem retrógrada em que a punição é, no mínimo, considerada justa. Tal perspectiva repressiva e punitiva ganha sua maior expressão no “Pacote anticrime”, do até então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, que pediu exoneração no dia 24 de abril de 2020. Seu intuito era “adequar a legislação à realidade atual, dar mais agilidade no cumprimento das penas, tornar o Estado mais eficiente e diminuir a sensação de impunidade”. Para Dias e De Vitto (2019) trata-se de uma aposta messiânica, crenças de que mudanças legislativas trarão mudanças virtuosas no campo da criminalidade. Ocorre que tal postura “[...] desconsidera o caráter complexo e multifatorial do fenômeno criminal e não introduz nenhuma ação que possa tratar de forma efetiva as causas e determinações dos atos criminosos e na organização das facções criminosas” (DIAS; DE VITTO, 2019, p. 383).

Essa força securitária, na área da educação, ganhará sua maior expressão com o desejo de militarização das escolas. Parte da imagem de que as escolas públicas são permissivas e desregradadas, quando não despreparadas. A aposta na militarização das escolas resultou no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PNECM), uma iniciativa do Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa. Um dos pontos que chamam a atenção, dentre suas diretrizes, é o art. 5º, inciso II, que prevê a “utilização de modelo para as ECIM [Escolas Cívico-Militares] baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares”. Essa diretriz torna explícita a noção de que a militarização é um aspecto fundamental para a melhoria da educação pública brasileira.

Para Nacif e Silva Filho (2019, p. 237): “O Ministério [da Educação] é guiado por três eixos: as teses da privatização e da militarização, associados ao combate à teoria conspiratória conhecida como ‘marxismo cultural’”. O primeiro aspecto converge com a força econômica já comentada, o segundo é exemplificado justamente pelo PNECM. A militarização das escolas é vista, antes como uma forma de combater supostos problemas, ao invés de apresentar propostas em consonância com as pesquisas realizadas na área da educação e mesmo na área de segurança pública. O principal inimigo a ser combatido resume-se ao que denominaram de “marxismo cultural”. Um rótulo atribuído pela direita ao que chamam de uma teoria da conspiração, que busca “destruir tradições e valores ocidentais” (NACIF; SILVA FILHO, 2019, p. 239), notadamente a família, com vistas a criar as condições para a vitória final contra o comunismo.

Numa outra descrição, a realizada por aqueles acusados de ‘marxismo cultural’, a educação é defendida sob a perspectiva do direito público à educação de qualidade, a garantia de direito às diferenças, sem discriminação de cor, classe, gênero ou de qualquer outra especificação. Acompanham, em maior ou menor grau, as ideias de Paulo Freire, patrono da educação nacional, que defende a autonomia, o querer bem dos educandos e a ética (FREIRE, 2002).

Na educação física, a perspectiva militarista já ocupou papel de destaque na organização do processo de ensino. Os estudos de Betti (1991) e Soares (1994) destacam que os métodos ginásticos europeus, principalmente o alemão, o sueco e o francês, que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX permaneceram como referências de conduta das atividades de preparo militar como condição *sine qua non* aos quartéis e, por conseguinte, às escolas, especificamente o método sueco, a partir do final da última década do século XIX, mas essa presença era compreendida para além de um preparo corporal, mas também e, acima de tudo, permitiu constituição de grupos de pessoas e, obviamente, de uma sociedade que se pautavam em padrões de comportamento físico e social estereotipado, numa disciplinarização de corpos.

Por “comportamento estereotipado” podemos entender as práticas de disciplina e civismo como espelho da face verdadeira do caráter moral de cada ser humano. É a ênfase ao respeito às autoridades, à fila, aos símbolos nacionais, à execução padrão de movimentos, dentre vários outros elementos. Em suma, adotar esses comportamentos seria a evidência de um bom encaminhamento da educação ordeira e disciplinada.

A ideia de militarização exposta anteriormente continua a inspirar propostas de políticas públicas educacionais, ainda que ganhe alguns novos

contornos. Para investigar a questão da militarização, ao menos desde os anos 2000, apresentam-se

[...] como processo de transferência da gestão das escolas estaduais para a corporação da Polícia Militar [PM], que implanta um modelo de escola semelhante aos quartéis: rígida disciplina, uso de uniforme/farda, ritos da PM, ensino de civismo (ALVES; TOSCHI, 2019, p. 635).

Um estudo mais detalhado ainda se faz necessário sobre a relação entre a militarização e educação física sob a gestão Bolsonaro, para demonstrar esse “novo contorno”. Em seu cerne, a proposta tende a resgatar a “educação do passado”, ensinando civilidade, patriotismo e disciplina. Isto é, assim como outrora a pretensão foi disseminar um modelo padronizado de prática corporal, no caso o modelo de ginástica francês, em detrimento de práticas funambulescas e circenses, por exemplo (GÓIS JÚNIOR; HAUFFE, 2014), atualmente, é retomada a tônica nas questões disciplinares e cívicas.

Como ocorrerão essas práticas educativas no seio escolar é algo bastante vago. Não à toa que Nacif e Silva Filho (2019) identificam uma dimensão de imprevisibilidade na gestão de Bolsonaro, pois, ao invés de propostas densas e bem delineadas para discutir a educação, tem-se ataques repetidos por meio de termos ralos ao que não se deseja, como a “doutrinação nas escolas” e a “ideologia de gênero” (ambos fenômenos não reconhecidos como existentes pela literatura acadêmica).

A FORÇA SOCIETAL

Esta força “[...] refere-se à qualidade e à intensidade das interações sociais em situações de forte antagonismo político” (ALMEIDA, 2017, p. 23). Ela abarca tanto o cenário político partidário quanto as relações interpessoais: o modo como tratamos o outro (reconhecido como um estranho ou visto como um-de-nós). O importante a notar não é qual cenário desencadeou o outro, ambos (partidário e interpessoal) atuam em conjunto (como uma força única) para a revitalização do conservadorismo, que Almeida (2017) denominou de onda conservadora.

No cenário político, Jair Bolsonaro é a personificação dessa composição entre conservadorismo e evangélicos (ALMEIDA, 2019b) e que explica parte da onda conservadora. Essa onda vem marcando a qualidade das relações interpessoais pela atitude de intolerância, que “[...] tornou-se um termo genérico que compreende afetos sociais acentuados no tempo da crise, como vingança, fobia e ódio (ALMEIDA, 2019b, p. 210, grifo no original). Estes últimos termos marcam a intensidade dessa interação social, a forma como conservadores tratam os que lhes são estranhos, um sentimento de “vingança”

para os que cometeram algum tipo de crime (inclusive defendendo a menoridade penal), a “fobia” contra os que acusam de realizarem “erotização das crianças” (frase incluída no vídeo de divulgação da logomarca de seu governo), no caso, todos que abordam a temática da sexualidade e gênero, e “ódio” por aqueles que denominam de “esquerdistas” (para ser “esquerdista” basta não endossar alguma da doutrina conservadora) resultando na atitude de criminalizar os movimentos sociais. Ou seja, de uma certa forma, todos que são contrários ou questionam as políticas da atual gestão federal são enquadrados e tratados como estranhos, independente de assumir uma ou mais características apontadas anteriormente, sendo massacrados pela opinião dos seus apoiadores.

Se ter tolerância é “a habilidade de não ficar demasiado desconcertado diante do que é diferente de si, a capacidade de não responder agressivamente a essas diferenças” (RORTY, 2005, p. 78), a onda conservadora encarna precisamente sua ausência. De modo geral – para além dos exemplos anteriores de vingança, fobia e ódio – a intolerância é o pensamento de ver o outro como um estranho, alguém destituído de humanidade. No outro polo, está a reação da esquerda, definindo os conservadores também como nazifascistas (BARROS, 2019).

A postura de intolerância acaba por perpassar a própria relação professor/a e estudante, o que pode ser visto pela defesa do projeto Escola Sem Partido. Isto impacta diretamente na educação física escolar, que, em especial, desde o Movimento Renovador, trata de questões de desigualdade e emancipação em suas práticas pedagógicas. Questões descritas como “ideológicas” pela onda conservadora. Na prática, o ataque realizado à Paulo Freire é estendido à todas as perspectivas da educação física escolar que defendam justiça social, igualdade, respeito aos direitos constitucionais e bem-estar social.

DA CIÊNCIA À DEMOCRACIA

Há tempos convivemos com a defesa da “ideia de que a Educação Física não é uma ciência. No entanto, está interessada na ciência, ou nas explicações científicas” (BRACHT, 1999b, p. 32). Este é um modo típico de pensar de quem está interessado na ciência, pois evita os rótulos ou dogmas, e almeja formular explicações cada vez mais precisas. E essa atitude científica, expressa pelo rigor da reflexão, da testagem das ideias, do estabelecimento de métodos e procedimentos vem permitindo lidarmos melhor com os problemas fundamentalmente pedagógicos da educação física. Ainda sobre a ciência, para Sena Júnior (2019, p. 24):

O que importa dizer a respeito do procedimento científico em termos gerais, é que os pesquisadores não imaginam que suas

teorias ou descobertas, que podem ser universalmente aceitas em um contexto, são sempre válidas em contextos ou situações distintas, e isso vale numa perspectiva temporal e também espacial. Ainda assim, o pressuposto de toda a ciência é que seja capaz de explicar alguma coisa, para além das explicações oferecidas pelo senso comum ou por outros ramos de saber, de uma perspectiva reconhecida universalmente, admitindo-se as margens de erros e incertezas.

O reconhecimento do falibilismo epistemológico (ROSÁRIO, 2018) e da não sobrepujança da ciência, de modo peremptório, sobre os demais campos da cultura, como a política, a filosofia e a arte, para nossas vidas, não torna prudente ações de desprezo a ela. Para Sena Júnior (2019) é precisamente esse desprezo, manifesto por práticas negacionistas da ciência, que caracteriza a gestão de Bolsonaro, alimentando a população com dogmas e ideais anti-intelectuais. Reconhecer os erros e incertezas presentes na ciência, apenas significa que qualquer pessoa pode vir a identificá-los numa explicação e corrigi-los, mas não significa que qualquer opinião ou “argumentação” é cientificamente válida, ou seja, reconhecida pela comunidade científica.

Claro, Bolsonaro e bolsonaristas não possuem uma autoimagem de não-intelectuais, consideram-se, aliás, “conhecedores da verdade”. Por sua vez, os esquerdistas (portanto, pseudointelectuais e promotores de balbúrdia), é que distorcem os “fatos”. Como resolver a querela? Afinal, quem está com a razão? A resposta tradicional sugere (ou melhor, assevera) a existência de algo transcendente (a Realidade, a Verdade) aos seres humanos a partir do qual poderíamos comparar as posições de cada grupo e então definir quem está com a razão. Mas, em especial, ao longo do século XX, intelectuais como Nietzsche, Foucault e Rorty nos ensinaram a duvidar desse pressuposto transcendental. Tal perspectiva foi levada às últimas consequências por Rorty (2005), nos deixando para resolver a querela anterior apenas as práticas da comunidade científica. A despeito das controvérsias em torno dessa perspectiva, vale observar que não é pouco termos a comunidade científica ao invés de algo transcendental ao nosso dispor para promover a democracia.

O trabalho empreendido pela comunidade científica tem seu valor relacionado aos propósitos sociais e políticos, não se restringindo à “ciência pela ciência”. A ciência nos fornece inúmeros benefícios, desde meios para combater doenças até a sistematização de informações para elaboração de políticas públicas, mas não nos fornece propósitos ou razões para viver. Estes são retirados da política e da arte. E aqui destaca-se o cerne da querela, os ideais e ações da onda bolsonarista não coadunam com aquilo que a comunidade científica nos ajudou a identificar como sendo práticas democráticas. Além das práticas de ódio e intolerância já comentados, suas ações durante a pandemia do Covid-19 revelam, mais do que ignorância, um projeto fascista, que para ser

posto em prática, se articula com o negacionismo da ciência e desprezo por intelectuais. Para Sena Júnior (2019, p. 32) é “por temer a ciência e os cientistas, que trabalham em junção com a democracia, que um governo como o de Jair Bolsonaro conspira permanentemente contra o conhecimento”.

A depreciação da ciência e do conhecimento por Bolsonaro, e não apenas dos advindos das ciências humanas e sociais, mas também biológicas e médicas, afeta fortemente a educação e, por conseguinte, a educação física. Nesta nos deparamos com algumas questões como: quais corpos tem direito a práticas de lazer? Que movimentos são permitidos sem serem constrangidos ou ridicularizados? Como os/as estudantes terão assegurado seu direito a educação com a desestruturação das escolas por falta de investimento?

Contra o projeto anti-intelectual e anticientífico de Bolsonaro urge a defesa pela ciência e a educação, nos diferentes níveis (da educação infantil à pós-graduação *stricto sensu*). Estas são ferramentas indispensáveis, como indica Sena Júnior (2019, p.45):

Nenhum país que pretenda alcançar um patamar de desenvolvimento e um certo nível civilizacional, pode abrir mão de reivindicar o direito a ciência, a toda a ciência, sejam elas exatas ou humanas, naturais ou sociais, teóricas ou aplicadas. [...] Por conta disso, a defesa da universidade frente ao discurso obscurantista, anti-intelectual e anticientificista que avança no planeta, é condição necessária para a sobrevivência da democracia, mesmo com todas as limitações que ela comporta até o presente.

A BOLSONARIZAÇÃO

A onda conservadora-evangélica em ação, guarda um continuum com sua tradição, mas se revitalizou pela configuração própria tanto pelas circunstâncias históricas quanto pelo modo de agir de Bolsonaro. Sendo assim, faz sentido a expressão de Solano (2019) de uma “onda bolsonarista” ou “bolsonarização”. As ações desse movimento são corrosivas para a democracia e a educação, e se vale

[...] de uma retórica antissistema e a instrumentalização dos anseios de renovação política, o louvor a uma justiça messiânica, o antipartidarismo, a visão do adversário político como inimigo a ser aniquilado, o anti-intelectualismo, [que] foram fundamentais na vitória de Bolsonaro. Uma candidatura construída na negação das diferenças e na exaltação de um pensamento único e brutalizado (SOLANO, 2019, p. 319-320).

O vigor do movimento conservador vem ocorrendo em âmbito internacional, como observado com a eleição de Donald Trump, nos Estados

Unidos, de Matteo Salvini, na Itália, e Boris Johnson como Primeiro-ministro do Reino Unido. Tais movimentos fortaleceram o próprio movimento no Brasil. É notório um conjunto de vetores compondo a bolsonarização e, nesse momento, acompanhando os trabalhos de Almeida (2017, 2019a, 2019b), Solano (2019) e Alonso (2019), enfatizamos a emoção/moral. Solano (2019, p. 312) realizou uma pesquisa com participantes de protestos de cunho conservador, “para 85% dos entrevistados, os desvios da Petrobras eram o maior escândalo de corrupção da história brasileira”.

A retórica da corrupção captura as pessoas pela emoção e moral, é inadmissível essa conduta. E veem em Bolsonaro a figura paterna e salvadora, desafiador de um sistema corrupto. Relacionam tudo que não é defendido por Bolsonaro como merecedor de ódio, vingança e fobia. Passam a defender, inclusive, seu anti-intelectualismo, que se num primeiro momento se restringiu às ciências humanas, com a Covid-19 desencadeando uma pandemia mundial, seu anti-intelectualismo se estendeu também para as áreas da ciência tradicionais, como as biológicas e médicas. Num cenário anti-intelectual, qual o valor da escola?

Num breve indicativo de encaminhamento de ações a serem efetivadas, finalizamos com as palavras de Solano (2019, p. 321), para quem

O campo democrático deve entender que todos esses afetos [o medo, o ódio, a incapacidade de enxergar o outro como ser humano] formam parte do ser humano, de sua formação como sujeito político, e deve também dialogar com eles, mas da perspectiva da construção do processo civilizatório, incluindo no debate a potência dos afetos positivos e criativos como a esperança, a tolerância ou a possibilidade de uma vida em conjunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DIFICULDADES PARA O ALCANCE DA JUSTIÇA SOCIAL

A educação física escolar vem realizando grande esforço na tentativa de adotar efetivamente uma perspectiva pedagógica-educacional, e não ser um reflexo de concepções higienistas, militaristas, esportivistas ou outras que reduzem o indivíduo a uma condição subumana. Entretanto, as forças empreendidas pela onda conservadora-evangélica, tendo na gestão Bolsonaro uma expressão significativa, vem atentando contra as elaborações do Movimento Renovador. As questões econômica, moral, securitária e societal dessa gestão fomentam um ambiente hostil, minando as possibilidades de atuação pedagógica e/ou qualquer tipo de diálogo saudável e profícuo.

Novos desafios estão lançados agora para a educação física escolar, que, por sua característica educacional, precisará criar formas para lidar com esse cenário. A realização de estudos, amplos e detalhados, a fim de compreender e oferecer meios de agir serão fundamentais, assim como intervenções mais imediatas. Ter em mente que será necessário educar não só crianças e estudantes, mas também pais, mães e responsáveis, de modo a alterar a qualidade das interações sociais vigentes é fundamental. Para os anos seguintes dessa gestão, os indicativos são que continuarão atribuindo papéis secundários para a educação física, minando investimento e cerceando práticas pedagógicas.

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA E COAUTORIA

Os autores declaram que participaram de forma significativa na construção e formação desde estudo, tendo responsabilidade pública pelo conteúdo deste, pois contribuíram diretamente para o conteúdo intelectual deste trabalho e satisfazem as exigências de autoria.

Fernando Garcez de Melo – Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese).

Evando Carlos Moreira – Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio *et. al.* *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50. 2017.

ALMEIDA, Ronaldo. Deus acima de todos. *In: ABRANCHES, Sergio et. al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a. p. 35-51

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos estudos*, São Paulo, v. 38, n. 01. 2019b.

- ALMEIDA, Ronaldo. A visita de Francisco e a abertura do compasso. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-visita-de-francisco-e-a-abertura-do-compasso/>. Acesso em: 01 mar. 2020.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sergio et. al. *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 52-70
- ALVES, Miriam Fábria, TOSCHI, Mirza Seabra. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação/RBPAE*, v. 35, n. 3, 2019.
- BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Bolsonaro: O racismo fora do armário. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 421-439
- BETTI, Mauro. *Educação física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1992.
- BRACHT, Valter. *Educação física e aprendizagem social*. Porto Alegre, RS: Magister, 1992.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, v. 19, n. 48, 1999a.
- BRACHT, Valter. *Educação física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999b.
- BRASIL Portaria nº 2, de 22 de fevereiro de 2019. Dispõe sobre a aprovação do Manual de Uso da marca do Governo Federal. *Diário Oficial da União*. Seção 1, Brasília, DF, edição: 39, p. 1. 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/64779915. Acesso em: 22 fev. 2020.
- CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 151-170
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Recomendação nº 004, de 24 de janeiro de 2020*. 2020. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes/2020/Reco004.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- DIAS, Camila Caldeira Nunes; DE VITTO, Renato Campos Pinto. Dobrando a aposta na produção do caos: encarceramento como diretrizes do projeto "anticrime". *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 381-400
- FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro*. São Paulo: Scipione, 1989.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Maria Simone Vione (orgs.). *Educação Física e gênero: desafios educacionais*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. p. 23-44

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo; HAUFFE, Mirian Kormann. A educação física e o funâmbulo: entre a arte circense e a ciência (século XIX e início do século XX). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.36, n. 2, p. 547-559, abril/junho, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32892014000200547&script=sci_arttext. Acesso em: 28 fev. 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. Pesquisa de contexto da Educação Física escolar no Brasil: Resultados finais - Novembro 2019. *Instituto Península*. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-Contexto-Educa%C3%A7%C3%A3o-F%C3%ADsica.pdf>. Acesso em: 19 abril 2020.

KUNZ, Elenor. *Educação física: ensino e mudanças*. Ijuí, RS: Unijuí, 1991.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 237-256, jan./abr. 2008.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação e Sociedade*, v. 38, n. 139, p.507-524, abril/junho, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MEDINA, João Paulo Subirá. *A educação física cuida do corpo e... "mente"*. Campinas, SP: Papirus, 1983.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. *Valorização salarial dos professores: O papel do Piso Salarial Profissional Nacional como instrumento de valorização dos professores da educação básica pública*. 2000. 307 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade, SILVA FILHO, Penildon. A educação brasileira na mira do obscurantismo e Estado mínimo. *Brasil: incertezas e submissão?* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 231-250

NEVES, Rafael. PEC do pacto federativo será discutida do zero. *Congresso em foco*. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/pec-do-pacto-federativo-sera-discutida-do-zero-diz-lider-do-governo-no-senado/>. Acesso em: 02 mar. 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez, 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

RORTY, Richard. *Pragmatismo e política*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSÁRIO, Fernando Ruiz. O Falibilismo Epistemológico de Karl Popper. *Sofia, Vitória*, v.7, n.2, p. 289-304. 2018.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. Obscurantismo e anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida protofascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. *Cadernos GPOSSHE On-line*, Fortaleza, v. 2, n. Especial, 2019.

SETO, Guilherme. Slogan de Bolsonaro foi inspirado em brado de paraquedistas militares. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/slogan-de-bolsonaro-foi-inspirado-em-brado-de-paraquedistas-militares.shtml>. Acesso em: 25 fev. 2020.

SOARES, Carmen Lúcia e colaboradores. *Metodologia do ensino da educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação física: raízes européias e Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. *In: ABRANCHES, Sergio et. al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 307-321.

Recebido em: 30 jun. 2021

Aprovado em: 16 nov. 2021

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

